



AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

CNPJ Nº 03.848.103/0001-02

Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em 05/04/2000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, especialmente quanto aos normativos baixados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., referentes ao exercício de 2024.

A Diretoria Executiva da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. – DIREX, tem como responsabilidade fortalecer a missão de fomentar negócios no Estado do RN, através do apoio ao desenvolvimento dos diversos setores produtivos da economia, mediante a execução de programas de financiamento para segmentos de destaque e da promoção de investimentos. Em 06/02/2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação de mudança na estrutura organizacional da instituição, ocasião em que foi aprovada a criação da Diretoria de Desenvolvimento, Estratégias e Negócios – DIREN, homologado pelo Banco Central do Brasil possibilitando, em sua gestão, consolidar um novo planejamento estratégico, com expansão do crédito em todo Estado do RN, para atendimento aos vários nichos do mercado. Nesse contexto, a DIREX adotou algumas medidas, inserindo um novo PORTFÓLIO DE PRODUTOS, objetivando simplificar, uniformizar e padronizar as linhas de crédito da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., alinhada as principais práticas do mercado nacional e demais unidades de fomento e desenvolvimento regionais. Em decorrência da grande demanda pela concessão do crédito, os limites foram se ajustando ao cumprimento do planejamento estratégico ao longo do ano, não ultrapassando a capacidade de pagamento.

As operações com recursos próprios são concedidas com encargos financeiros de 1,95% a.m., que corresponde a 26,08% ao ano, além da garantia com aval de terceiros, admitindo-se a adoção do aval solidário, nesse caso, com participação limitada ao máximo de 3 (três) contratos e, para pessoa jurídica aval dos sócios e de terceiros, sendo obrigatória a garantia real para operações de valor acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e, nos casos em que for adotada, essa poderá substituir o aval de terceiros.

As micro e pequenas empresas também foram beneficiadas com limite de crédito de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e financiamento através de recursos próprios, FNE, FUNGETUR e FINEP, obedecendo a regras específicas.

Os benefícios concedidos no âmbito do Programa de Microcrédito do Empreendedor estão assegurados através do Decreto nº 29.042, de 30 de julho de 2019, que dispõe sobre a utilização dos recursos do FDCI, com a finalidade de garantir o risco das operações de crédito e a não incidência de juros para o beneficiário da operação de microcrédito, que se mantiver adimplente durante toda a execução da avença.

As linhas de crédito do novo PORTFÓLIO DE PRODUTOS com a utilização de recursos de terceiros, são as seguintes:

I – AGN TURISMO: recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.

II – AGN INOVAÇÃO: recursos do Fundo Financiador de Estudos e Projetos – FINEP.

III – AGN INVESTIMENTO E GIRO: recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Em consonância com a responsabilidade socioambiental e foco nos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), com lastro na agenda 2030, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. instituiu normativo de financiamento com direcionamento na introdução, manutenção e/ou nas melhorias tecnológicas que gerem desenvolvimento sustentável, através de métodos que produzam impacto positivo para a sociedade e meio ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte.

Importante destacar que, as parcerias firmadas com os órgãos da administração direta e indireta do Governo de Estado e da iniciativa privada, contribuem para direcionar o enfoque da Agência de Fomento a setores prioritários, como: SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, na atração de investimentos; SETUR – Secretaria de Estado do Turismo, no apoio a cadeia de turismo; SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social na geração de emprego e renda, entre outros; SEMJIDH – Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no combate

a violência doméstica, através do empreendedorismo; SEDRAF – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar, no apoio aos agricultores, empreendedores, tornando-os mais competitivos nos projetos da cadeia produtiva do agronegócio, gerando emprego e renda no campo. Da mesma forma, a Fundação José Augusto, no amparo ao empreendedor artista e ainda, quanto a CDL, Prefeituras, Sindicatos Rurais e SEBRAE, na capacitação e orientação aos empreendedores, objetivando maior interação nas medidas em prol do desenvolvimento do Estado.

Cabe registrar que o apoio do Ministério do Turismo, através do FUNGETUR, na recuperação dos diversos segmentos do setor no RN, contribuiu para a manutenção de empregos e a geração de renda.

Destaca-se, ainda, as parcerias privadas com repasse de recursos do FNE – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste/BNB; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, no apoio a projetos inovadores.

Desempenho Operacional

Os desembolsos no exercício de 2024 totalizaram R\$ 50,348 milhões, distribuídos em 158 dos 167 municípios, no total de 5.456 operações, representando aumento de 80,91%, em relação ao valor de R\$ 27.830 milhões, liberados no exercício de 2023. A carteira ativa de operações de crédito da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. apresenta saldo de R\$ 53,582 milhões em 31/12/2024, com 94,86% provenientes de recursos próprios e 5,14% de recursos de terceiros, repassados via parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, do Ministério do Turismo através do FUNGETUR e da FINEP, com aumento de 49,61% em relação ao valor de R\$ 35,813 milhões, registrado no exercício de 2023. Do total de 5.456 operações liberadas no exercício de 2024, 99,39% foram de recursos destinados ao Programa de Microcrédito do Empreendedor e, 0,61% para outras linhas de financiamento. Em relação ao Programa de Microcrédito do Empreendedor, 53,02% das operações liberadas foram para empreendedores pessoa jurídica. A intensificação das ações de cobrança a clientes inadimplentes recuperou, no exercício de 2024, um montante de R\$ 970 mil referente a 352 contratos renegociados, com redução de 7,61%, em comparação ao exercício anterior (381 operações em 31/12/2023), enquanto os créditos baixados a prejuízo somaram R\$ 2.809 milhões, correspondente a 513 operações, contra R\$ 4.640 milhões e 1.094 no exercício de 2023, representando uma redução de 39,46% e 53,10%, respectivamente. Os financiamentos concedidos através do Programa de Microcrédito do Empreendedor viabilizaram, no exercício de 2024, a geração/manutenção de aproximadamente 10.912 empregos diretos. As liberações em valores por linhas de financiamento foram, em maior volume, destinadas ao Microempreendedor Individual – MEI, com um percentual de 62,90%, enquanto a linha de Microcrédito Pessoa Física – MCEI, obteve 28,38% e 8,72% para as demais operações. A inadimplência da carteira de crédito apresentou índices decrescentes, no exercício de 2024. Em até 30 dias, atingiu 0,41%, redução de 38,80% em relação a 2023, com 0,67%; em até 60 dias, passou de 0,53% em 2023, para 0,31% em 2024. A inadimplência para operações com mais de 90 dias de atraso é de 0,89% em 31.12.2024, contra 2,01% em 31.12.2023, representando redução de 56,72%, em um total 569 operações em atraso.

Desempenho Geral

Analisando o planejamento estratégico da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. para o exercício de 2024, obteve-se a seguinte performance.

METAS REALIZADAS x PROJETADAS – EXERCÍCIO/2024

Metas Finalísticas	Planejado 2024	Realizada 2024	% R/P
Nº de contratos	5.166	5.456	105,61
Valor liberado R\$	48.747.500	50.348.382	103,28
Nº empregos gerados	10.332	10.912	105,61
Nº de municípios atendidos (cumulativos)	167	164	98,20

Desempenho Econômico-Financeiro

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. obteve, no Exercício/2024, um lucro líquido de R\$ 4,061 milhões, dos R\$ 4 milhões previstos para o exercício, resultado decorrente do

aumento das receitas de operações de crédito, outras receitas operacionais e da cobertura da conta garantia do Programa de Microcrédito do Empreendedor. As receitas da intermediação financeira somaram R\$ 12,940 milhões e a de prestações de serviços R\$ 7,432 milhões, enquanto as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 8,158 milhões. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. obteve resultado positivo, reforçando a necessidade de manutenção de uma gestão comprometida no controle de custos e na melhoria de processos, focada em novos negócios, buscando agregar estratégias e contribuir para o bom desempenho da economia do Estado do RN. O total de ativos alcançou R\$ 95,556 milhões no exercício de 2024, composto por 42,99% de títulos e valores mobiliários, 53,72% de operações de crédito e 3,29% de outros ativos. Em comparação com o exercício de 2023, o ativo total apresentou variação, a maior, em 6,82%, as aplicações no mercado financeiro em títulos e valores mobiliários diminuíram 25,00% e, a carteira de operações de crédito apresentou aumento de 53,73%, mantendo-se a mesma política da aplicação de recursos na concessão do crédito ao microempreendedor, alcançando maior número de clientes com novo portfólio, lançado no exercício. Com menor volume de recursos aplicados em títulos e valores mobiliários e aumento da carteira de crédito, as receitas de aplicações no mercado financeiro foram inferiores em 13,09%, enquanto as receitas de operações de crédito tiveram aumento de 34,43%, em comparação com o exercício de 2023. O patrimônio líquido apresentou em 31/12/2024, crescimento de 9,81% em relação ao obtido no exercício de 2023, passando de R\$ 60,620 para R\$ 66,565 milhões, proveniente do lucro obtido no exercício.

Notas e Comentários

Os indicadores contábeis positivos no exercício/2024 são animadores mas, a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. trabalha para melhorar a eficiência, rentabilidade e lucratividade do negócio, o que envolve a análise e controle das despesas operacionais e administrativas, do crescimento da carteira ativa e das receitas. A administração superior da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. pretende, nesse exercício, iniciar tratativas junto ao Governo do Estado sobre a Reforma Fiscal X Conta Garantia do Programa de Microcrédito do Empreendedor (PME), tendo em vista a manutenção da ação financiadora desta instituição financeira. Considerando o universo de 241.123 microempreendedores optantes pelo simples, no RN em 2024, segundo fonte SEBRAE, dos quais 195.571 são MEI's e, desse volume, os microempreendedores individuais (MEIs) lideram o cenário com 125.053 pequenos negócios ativos, optantes pelo simples e, ainda, o atendimento realizado pela Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. de 52.981 microempreendedores formais e informais, no período de 2015 a 31/12/2024, é imprescindível manter e ampliar o poder financiador da agência, assegurando a conta garantia para cobertura do bônus de adimplência e risco das operações, por tratar-se de diferencial que assegura o sucesso do PME no Rio Grande do Norte. O capital da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. apresentou índice de Basileia de 61,66%, com PR = R\$ 61,086 milhões e RWA de R\$ 97,363 milhões em janeiro/2024 e, encerrou o exercício/2024 com 66,24%, sendo o PR = R\$ 66,186 milhões e RWA = R\$ 97,574 milhões. Portanto, o capital apresenta suficiência para enfrentar situações adversas. Os ativos estão bem protegidos pela baixa inadimplência da carteira de crédito, baixo comprometimento dos maiores devedores e a cobertura de perdas automática, não afetando a disponibilidade de caixa. Fica registrado o apoio dos colaboradores e funcionários desta Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. e, em especial, o Governo do Estado, Governo Federal / Ministério do Turismo, Banco do Nordeste do Brasil, Conselheiros, Acionistas e Clientes, importantes parceiros nos resultados alcançados.

Natal (RN), 10 de março de 2025

MÁRCIA FARIA MAIA
Diretora-Presidente

DOMINGOS JULIANO PACHECO PORCIÚNCULA
Diretor Administrativo-Financeiro

EDILSON FERNANDES DE ASSIS
Diretor Operacional

ELAN FERREIRA DE MIRANDA
Diretor de Desenvolvimento, Estratégias e Negócios

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores Expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2024	2023
Circulante		66.252	39.924
Disponibilidades		6	90
Títulos e Valores Mobiliários	4	32.493	15.524
Letras Financeiras do Tesouro		12.466	-
Cotas de Fundos de Investimento		20.026	15.524
Operações de Crédito	5.1	31.942	23.123
Setor Privado		33.611	25.520
(-) Provisão para Op. de Crédito		(1.669)	(2.398)
Outros Créditos	6	1.532	874
Outros Valores e Bens		279	313
Não circulante		29.504	49.531
Realizável a longo prazo		27.975	48.667
Títulos e Valores Mobiliários	4	8.584	39.247
Letras Financeiras do Tesouro		-	11.243
Cotas de Fundos de Investimento		8.584	28.004
Operações de Crédito	5.1	19.391	9.421
Setor Privado		19.931	10.213
(-) Provisão para Oper. de Crédito		(540)	(792)
Imobilizado Líquido	7	1.329	864
Total do Ativo		95.556	89.455
PASSIVO			
Circulante		27.156	20.788
Obrigações por Repasse no País	8	8.263	2.260
Outras Obrigações		18.894	18.529
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		4	3
Obrigações Sociais e Estatutárias	9.1	1.656	3.439
Fiscais e Previdenciárias	9.2	501	250
Obrig. por Fundos de Financ. e Desenv.	9.3	13.113	11.097
Diversas	9.4	3.620	3.740
Não Circulante		1.834	8.046
Obrigações por Repasse no País	8	1.834	8.046
Total do passivo		28.991	28.835
Patrimônio Líquido		66.565	60.620
Capital Social	10.1	60.232	49.143
Reserva de Lucros		6.333	11.478
Reserva Legal		1.365	1.162
Reserva de Retenção de Lucros		4.968	10.316
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		95.556	89.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 (Valores Expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	2º Semestre		
		2024	2024	2023
Receita da Intermediação Financeira		7.045	12.940	11.279
Resultado com Operações de Crédito		5.173	8.875	6.602
Resultado com Títulos e Val. Mobiliários		1.872	4.065	4.677
Desp. da Intermediação Financeira	11	(720)	(1.431)	(3.972)
Despesas de Obrig. por Empréstimos e Repasses		(70)	(146)	(318)
(Provisão) / Reversão para Oper. de Crédito		(650)	(1.285)	(3.653)
Resultado Bruto da Interm. Financeira		6.325	11.509	7.307
Outras Receitas / (Desp.) Operacionais		(3.228)	(5.489)	(2.878)
Receitas de Prestação de Serviços		2.462	4.384	3.627
Despesas de Pessoal e Honorários	12	(3.788)	(7.432)	(6.316)
Outras Despesas Administrativas	13	(4.040)	(7.766)	(6.829)
Despesas Tributárias	14	(603)	(1.140)	(996)
Depreciação e amortização		(60)	(122)	(120)
Outras Despesas Operacionais	15	(733)	(1.570)	(2.515)
Outras Receitas Operacionais	16	3.535	8.158	10.271
Lucro / (Prejuízo) antes dos Tributos		3.097	6.020	4.429
Imposto de renda e contribuição social	2.7	(1.154)	(1.959)	(1.378)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período		1.943	4.061	3.051
Nº de ações em circulação no fim do exercício (em mil)	10.1	60.232	60.232	49.143
Lucro/(Prej.) líquido por ação (em reais)		0,03	0,07	0,06
Valor patrimonial da ação (em reais)		1,11	1,11	1,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores Expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	2º Semestre		
		2024	2024	2023
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		1.943	4.061	3.051
Resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		1.943	4.061	3.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS E CONTEXTO OPERACIONAL

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. é uma instituição financeira, subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil e submetida ao disposto na Lei Federal nº 6.024, de 13 de março de 1974, devendo cumprir todos os procedimentos e informações previstas nos atos normativos do BACEN. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. tem por objeto social a viabilização de empreendimentos econômicos, baseados no território do Rio Grande do Norte, em consonância com o Plano do Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observando as suas diretrizes estatutárias. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão em 10 de março de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro – COSIF. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Disponibilidades

São formadas pelos depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido, dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como empréstimos e financiamentos no Balanço Patrimonial.

2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e correspondem às Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Cotas de Fundos de Investimento – registrados de acordo com as cotas divulgadas pelos administradores.

2.3 Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada. Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas. Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN. As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, sendo então baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.4 Permanente - Imobilizado
O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17. Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/(despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.5 Obrigações por Repasses no País

As obrigações por repasses no país decorrem da obtenção de recursos para empréstimos com taxas que variam de acordo com os contratos e convênios firmados. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os recursos estiverem em aberto. Os valores de repasses são classificados como passivo circulante, exceto se a empresa tiver a obrigação de liquidar o passivo após 12 meses.

2.6 Outras obrigações

As contas reconhecidas por outras obrigações são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante, são reconhecidas pelo custo amortizado. Compreendem as obrigações tributárias, previdenciárias, sociais, estatutárias e obrigações diversas.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

2.8 Reconhecimento de receitas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza finan-

ceira, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias, conforme Resolução CMN/BACEN nº 2.682/1999, as quais não se sujeitam à atualização.

2.9 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do BACEN requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente provisão para risco de crédito, provisão para perdas por impairment, provisões trabalhistas e civis, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

2.10 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009 e na Resolução CVM nº 072/2022, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

2.11 Adoção das normas com vigência a partir de 01.01.2025

A partir de 1º de janeiro de 2025, as demonstrações financeiras serão elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4966/2021 com as alterações da Resolução nº 5.100/2023 e demais normas similares, estabelecendo novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: I - classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros; III - designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de edge); IV - evidencição de informações sobre instrumentos financeiros.

Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros serão classificados com base no modelo de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias: I - na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; II - na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; III - na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

Provisão para perdas em operações de crédito e operações com características de operações de crédito.

Até o final do exercício de 2024, a provisão para perdas em operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito foram constituídas segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 2682/99. No modelo anterior a provisão era retrospectiva, isto é, depois da perda com a operação em atraso. A partir da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações internas e externas. A provisão será efetuada com base em percentuais mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, considerando o atraso, a classificação por tipo de modalidade e garantia, configuradas nas carteiras de "C1" ao "C5" e a caracterização do ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático). As instituições mencionadas no inciso II do caput do art. 1º devem registrar de forma segregada: I - a provisão para perda incorrida para ativo inadimplido com atraso superior a 90 (noventa) dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos; II - a provisão adicional para perda esperada em complementação à provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos e percentuais observados os atrasos e as carteiras das operações não caracterizadas como ativo com recuperação de crédito, e III - a parcela da perda esperada apurada pela instituição de acordo com os modelos internos, que exceder o somatório dos níveis de provisão já constituída. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito os ativos financeiros serão segregados nas carteiras de C1 ao C5, levando em consideração a classificação atribuída pela resolução BCB 352/2023.

Ativos Problemáticos e Cessação do Reconhecimento de Juros (Stop Accrual)

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer: I - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; II - reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação; III - indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Uma vez que uma operação seja marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, serão também marcadas como ativos problemáticos. Para descaracterização do ativo problemático, o processo de cura da contraparte deverá obedecer às seguintes condições: I - não tenha



AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

CNPJ Nº 03.848.103/0001-02

Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 05/04/2000

atraso ou esteja descumprindo cláusulas contratuais; II - A contraparte realize pagamentos tempestivos por 90 dias ou 3 parcelas consecutivas; III - demonstre capacidade financeira de honrar a obrigação sem recorrer a garantias. As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da adoção das novas normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4966/2021, serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025 e os seus efeitos serão registrados na conta de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

3. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. – AGN, em atendimento às Resoluções nº 4.553/17-CMN, que estabelece o enquadramento no segmento 4 (S4), e nº 4.557/17-CMN, que define a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e de Gerenciamento de Capital, implementou uma estrutura e desenvolveu metodologias específicas para fortalecer a instituição. Essas ações visam minimizar possíveis falhas, deficiências de controle e inadequações nos processos. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Auditoria Interna (AUDIT), Diretoria Executiva (DIREX), Diretor-Presidente (PRESI) – responsável pelo risco social, ambiental e climático, Diretoria Operacional (DIROP) – responsável pelo gerenciamento de capital, Diretoria Administrativo-Financeira (DIRAF) – responsável pelo Gerenciamento Integrado de Riscos (CRO), Diretoria de Desenvolvimento, Estratégia e Negócios (DIREN), Gerência de Riscos (GERIS), Gerência de Controles Internos e Compliance (GECIC) e Comitê de Riscos e Controles Internos (COCIR). Não se referem à exigência da Resolução nº 4.557/17, as Assessorias (ASSED e ASPLA), a Auditoria Interna (AUDIT), a Ouvidoria (OUVID), as Gerências (GEJUR, GECAB, GEROP, GERAC, GECON, GEFIN, GERAD, GETIC, GEPES, GEREN e GEDES), além dos demais servidores e prestadores de serviços.

3.1 Risco de Crédito

O Gerenciamento do Risco de Crédito consiste em um conjunto de princípios, normas e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, com o objetivo de direcionar a ação administrativa da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco de crédito em suas operações. O processo envolve o monitoramento mensal da carteira de crédito e o reporte aos limites definidos pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS), por meio da análise de indicadores como inadimplência por porte, grupo econômico, linha de crédito e setor de atividade. Também são analisadas a provisão para devedores duvidosos, a concentração por cliente, e a relação entre a perda esperada e a perda efetivamente ocorrida.

3.2 Risco Operacional

O Gerenciamento de Riscos Operacionais estabelece procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos inerentes às atividades da instituição. O processo começa com a identificação das atividades e a avaliação dos riscos quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, além da análise dos requisitos de controle. Com base nessas informações, são desenvolvidos mecanismos de gerenciamento, quando necessário, por meio de Planos de Ação. As perdas financeiras decorrentes dos riscos operacionais são contabilizadas em contas contábeis específicas.

3.3 Risco de Mercado e IRRBB

O Gerenciamento do Risco de Mercado baseia-se no grau de exposição da carteira ao risco e na classificação das operações na carteira de não negociação (Banking Book), cuja principal característica é a ausência de operações realizadas com intenção de negociação. O modelo adotado para monitoramento das exposições ao Risco de Mercado é o Value at Risk (VaR). Também são realizados testes de estresse para avaliar o comportamento da carteira em condições extremas de mercado, simulando cenários de crise que possam causar grandes alterações nas taxas de juros, resultando em perdas inesperadas. Para o Risco de Variação das Taxas de Juros para Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB), considera-se as exposições de todas as operações classificadas na carteira de crédito que são sensíveis à variação nas taxas de juros, incluindo operações ativas e passivas.

3.4 Risco de Liquidez

O Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelece os processos, procedimentos e sistemas necessários para avaliar a capacidade da instituição de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, que possam afetar sua liquidez. Os mecanismos de gestão do risco de liquidez incluem o monitoramento das entradas e saídas de recursos, além da manutenção de uma reserva mínima, considerando possíveis impactos na liquidez. Testes de estresse trimestrais são realizados para avaliar o comportamento do fluxo de caixa projetado em condições adversas.

3.5 Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital visa garantir que a instituição disponha do capital necessário para enfrentar possíveis mudanças nas condições de mercado. O processo inclui o monitoramento do plano de capital, a identificação e avaliação de cenários que possam afetar o capital da empresa, e a indicação da necessidade de ativar o plano de contingências de capital, caso necessário.

3.6 Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climáticas (PRSAC) define as diretrizes e princípios a serem observados na condução dos negócios, atividades e processos da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. O Sistema de Administração de Riscos Sociais, Ambientais Climáticos – SARASC, estabelece procedimentos e ferramentas para identificar, avaliar, mitigar e monitorar esses riscos ao longo do processo de crédito, alinhando as diretrizes da PRSAC.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – Curto e Longo Prazo

Os saldos dos títulos e valores mobiliários são apresentados no ativo circulante e não circulante. a) Letras Financeiras do Tesouro – LFT com vencimento em 01.09.2025. Os rendimentos são calculados utilizando-se a taxa SELIC, para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ajustados pelo valor de mercado com base na Resolução 550, divulgada pela ANDIMA. b) As cotas de fundos de investimentos estão classificadas no ativo circulante e ativo não circulante conforme quadro abaixo:

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Título e Valores Mobiliários					
Cotas de Fundos de Investimentos		20.026	15.524		
Títulos de Renda Fixa - LFT 17999317		01/09/2025	788	12.466	-
Curto Prazo				32.493	15.524

		Equip. de Dados	Móveis e Equipamentos	Instalações	Veículos	Total
em 1º de Janeiro de 2024		1.123	1.084	701	18	3.085
Adições		-	514	74	-	588
Transferências		-	-	-	-	-
(-) Baixas		-	-	-	-	-
em 31 de dezembro de 2024		1.123	1.597	775	18	3.672

		Equip. de Dados	Móveis e Equipamentos	Instalações	Veículos	Total
Depreciação Acumulada						
Taxa de Depreciação anual		4%	20%	10%	20%	-
em 1º de Janeiro de 2024		(585)	(918)	(552)	(18)	(2.220)
Depreciação do período		(54)	(57)	(21)	(10)	(122)
Transferências		-	-	-	-	-
(-) Baixas Depreciação		-	-	-	-	-
em 31 de dezembro de 2024		(619)	(976)	(573)	(18)	(2.343)
Saldo Líquido em 31/12/2024		504	622	202	2	1.329
Saldo Líquido em 31/12/2023		479	225	149	12	864

8. OBRIGAÇÕES POR REPASSE NO PAÍS – Curto e Longo Prazo

As obrigações junto BNB/FNE, FINEP/Financiadora de Estudos e Projetos e FUNGETUR/Fundo Geral de Turismo decorrem da obtenção de recursos para empréstimos nos mais diversos ramos da atividade econômica e estão assim distribuídos:

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Obrigações por repasse					
Recursos do FNE do passivo		241	939	128	-
Recursos do FUNGETUR do passivo		7.938	895	2.132	8.046
Recursos do FINEP		84	-	-	-
Total de recursos a vencer		8.263	1.834	2.260	8.046

As operações concedidas com recursos do BNB/FNE - FINEP e FUNGETUR são praticadas as taxas mínimas de 2,0% a.a. e 10,00% a.a., indexadas pelo INPC, IPCA, TR e SELIC num prazo máximo de 12 anos incluindo carência.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

9.1 Obrigações Sociais e Estatutárias

As obrigações sociais e estatutárias correspondem a parcela do lucro do período destinada como dividendos. A distribuição dos valores

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Títulos de Renda Fixa - LFT 17999317		01/09/2025	788	-	11.243
Cotas de Fundos de Investimentos				8.584	28.004
Longo Prazo				8.584	39.247
Total				41.076	54.770

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito reconhecidas no ativo circulante e não circulante da AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. decorrem de repasses do FNE, FUNGETUR, FINEP e recursos próprios da Instituição. As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme preconizado na Resolução 2.682/99 do BACEN. As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas a apropriar, calculadas pró-rata dia. As operações de créditos são demonstradas por concentração, atividade, vencimentos e riscos, em observância às disposições da Resolução 2.682/99 do BACEN, como demonstrado a seguir:

5.1 Operações de Crédito por Tipo de Operação – Curto e Longo Prazo

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Operações de crédito					
Financiamentos - Ind., Comércio e Serviços		37.791	25.542		
Financiamentos Pessoas Físicas		15.752	10.191		
Total das operações		53.543	35.733		
(-) Provisão para operações de crédito		(2.210)	(3.190)		
Total		51.332	32.543		

5.2 Operações de Crédito por dias de atraso

Estes créditos apresentam o seguinte perfil, classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Vencidas					
Até 60 dias		343	382	35	
de 61 a 180 dias		336	40	425	39
de 181 a 360 dias		150	18	276	26
Total vencidas		829	100	1.083	100
A vencer					
Até 60 dias		6.892	5.163	15	
de 61 a 180 dias		11.750	22	8.928	26
de 181 a 360 dias		34.072	65	20.559	59
Total a vencer		52.714	100	34.650	100
Total da carteira		53.543	35.733		

5.3 Provisão para operações de crédito – Curto e Longo Prazo

A provisão para eventuais perdas de crédito foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, baseando-se nos níveis de atraso dos contratos. A classificação das operações de crédito está demonstrada conforme o quadro comparativo abaixo:

		Saldos em mil R\$			
		Total da Classificação da Carteira		Provisão Total	
Nível de Risco	Provisão %	Saldo em 2024	Saldo em 2023	Saldo em 2024	Saldo em 2023
A	0,50	49.421	30.384	247	152
B	1	1.179	1.127	12	11
C	3	374	401	11	12
D	10	270	420	27	42
E	30	236	284	71	85
F	50	353	281	176	141
G	70	146	296	102	207
H	100	1.562	2.540	1.562	2.540
Total		53.543	35.733	2.209	3.190

Os créditos classificados no risco H são transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, apresenta o valor de R\$ 19.770 mil (dezembro/2024) e 18.186 mil (dezembro/2023).

5.4 Carteira por setor de atividade econômica

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Classificação econômica					
Indústria		1.977	4	1.208	3
Comércio		20.524	38	13.850	39
Outros Serviços		15.290	29	10.484	29
Pessoa Física		15.752	29	10.110	28
Total		53.543	100	35.652	100

6. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Descrição					
Rendas a Receber		418	361		
Impostos e Contribuições a Compensar		48	46		
Outros Devedores		358	387		
Devedores por Compra de Valores e Bens		39	81		
Operações Especiais		670	0		
Saldo Líquido de outros créditos		1.532	875		

6.1 Rendas a receber

Os valores a receber no ativo circulante de rendas a receber compreendem principalmente a administração do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas (FGPPP) e rendas de serviços de operacionalização de cartões.

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Descrição					
Rendas de Administração do FGPPP		150	141		
Rendas de Cartão UP BRASIL		192	176		
Rendas Cartão NIOS		50	28		
Rendas Cartão BCBR BANK		26	0		
Outras Rendas a receber		0	17		
Saldo Líquido de outros créditos		418	361		

6.2 Impostos e contribuições a compensar

Os valores compreendem a saldos de antecipações de Imposto de Renda Retido na Fonte, estimativas a serem compensados e IOF de operações de crédito canceladas.

6.3 Outros Devedores

Valores referentes a pagamentos a classificar, bloqueios judiciais e conta transitória p/ diversas Operações.

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Descrição					
Impostos e Contribuições sobre o lucro		168	12		
Impostos retidos de terceiros		107	60		
Encargos Sociais		128	96		
PIS e COFINS		79	66		
ISS a recolher		19	16		
Total Obrigações Fiscais e Previdenciárias		501	250		

9.3 Obrigações por Fundos de Financiamentos e Desenvolvimento

Reconhecimento contábil para os saldos das disponibilidades (bancos e aplicações) dos fundos e programas geridos pela AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. como Depósitos Bancários e Títulos e Valores Mobiliários, ocasionando efeito no ativo – Disponibilidade e Títulos e Valores Mobiliários, sem efeito de aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido da empresa.

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Descrição					
PROADI		3.694	3.584		
Cartão AGN		36	50		
Programa Mão Amiga		378	343		
Cartão AGN Daycoval/Bonsucesso		-	81		
AGN FDCI / PROEDI		7.427	6.232		
Garantia Créditos Recuperados		1.578	807		
Total de fundos e programas		13.113	11.097		

9.4 Diversas

O saldo de outras obrigações está classificado no passivo circulante conforme demonstrado a seguir:

		Saldos em mil R\$			
		31/12/2024	31/12/2023		
Descrição					
Dotação para aumento de capital		01	117		
Provisões para pagamentos		367	356		
Recursos de Garantias Realizadas		90	90		
Operações Ativas		-	293		

Acionistas

Rio Grande do Norte Governo do Estado
Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do R. G. do Norte - FAERN
Sindic. da Ind. de Pesca do Estado R. G. Norte-SINDPESCA/RN
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN - Fecomércio
Associação Comercial e Empresarial do R. G. do Norte - ACRN
Sindicato Com. Varej. Deriv. do Petróleo do R. G. Norte
Federação das Câmaras Dirig. Lojistas do R. G. do Norte
Federação das Indústrias do R. G. do Norte - FIERN
Sindicato das Empresas do Turismo do R. G. Norte - SINDETUR
Total

11. DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA – REVERSÃO / (PROVISÃO) PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Estão representadas pelos seguintes valores:

|--|--|



AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.

CNPJ Nº 03.848.103/0001-02

Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 05/04/2000

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julga-

mento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relató-

rio. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Natal/RN, 26 de março de 2025

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" RN – Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" RN – CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" RN – CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no exercício da competência que lhes é atribuída pelas Leis nºs 6.404, de 15/12/1976; 9.457, de 05/05/1997 e 10.303, de 31/10/2001 e demais composições relativas às espécies, declaram ter examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do exercício de 2024, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, além das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S, todos relativos ao exercício de 2024, que lhes foram previamente encaminhados por sua Diretoria, através de Carta Circular nº 4/2025, de 11/04/2025. Após apresentação feita pela área contábil, em relação ao exercício de 2024, e análise das demonstrações financeiras anexadas/notas explicativas/relatório, além do parecer de auditores independentes, opinamos pela aprovação dos referidos documentos em concordância com o Parecer e Relatório dos Auditores Independentes, que em suas opiniões e observâncias, aprovaram sem ressalvas, os resultados constantes dos documentos, por refletirem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A..

Natal (RN), 16 de abril de 2025
Marina Melo Alves

Membro
Altair Soares da Rocha Filho

Membro
Sérgio Eduardo da Costa Freire

Membro